



## RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

Ao longo dos 5 WorkLabs sobre Migrações, realizados no âmbito do Projeto TAS Migration Labs, pelo IMVF em Portugal, os participantes fizeram uma análise das migrações a nível nacional e internacional, trabalharam preconceitos e estereótipos, de modo a criar novas narrativas sobre os migrantes e sobre as migrações e apresentaram um conjunto de recomendações políticas. Com estas recomendações, os jovens participantes pretendem que os decisores políticos coloquem em prática medidas que promovam migrações mais seguras e justas para todos.

### EDUCAÇÃO

- Introduzir nos programas curriculares dos vários ciclos de estudo matérias relacionadas com as migrações, asilo, refugiados e deslocações;
- Promover mais visitas de estudo a locais e instituições que trabalham diretamente com migrantes e refugiados.

### POLÍTICAS PÚBLICAS

- Desenvolver políticas públicas de inclusão dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo;
- Descentralizar os programas e projetos de acolhimento e integração de migrantes e refugiados para o interior do país. Apostar nas cidades e vilas de pequena dimensão para implementar programas e projetos de integração de refugiados. Tomar como exemplo projetos já existentes em localidades no interior de Portugal;
- Capacitar os profissionais de saúde, de educação e do setor público em geral para o trabalho em ambientes multiculturais;
- Garantir condições de trabalho dignas para os migrantes e refugiados que, muitas vezes, são alvo de exploração e escravidão laboral;
- Garantir a coerência das políticas para o desenvolvimento de forma a que o tema da migração seja incorporada na definição das grandes políticas públicas com impacto no processo de desenvolvimento sustentável;

## MEDIA

- Pressionar os media para alterarem as narrativas por eles construídas e reforçadas sobre os imigrantes e refugiados;
- Apoiar jornalismo independente e de investigação que contrarie as narrativas mediáticas de depreciação dos migrantes e refugiados;
- Apostar e financiar campanhas que pretendam desconstruir mitos e preconceitos relativamente aos migrantes e aos refugiados e apresentem factos e narrativas reais.

### Exemplos de alguns **mitos** mais generalizados:

- Os migrantes/refugiados roubam os empregos aos nacionais;
- Os migrantes/refugiados são terroristas;
- Os migrantes/refugiados são subsídio-dependentes;
- Os migrantes/refugiados contribuem para o aumento da criminalidade.

### Exemplos de **factos e narrativas**:

- Os migrantes contribuem para o conhecimento de novas culturas e costumes, criando novas oportunidades na desconstrução de preconceitos e estereótipos;
- Os migrantes contribuem para um maior dinamismo social e económico, uma vez que são uma força de trabalho jovem numa população cada vez mais envelhecida;
- Os migrantes criam novos empregos em áreas como o comércio, restauração e novos serviços, que também servem para suprir as necessidades da própria comunidade e contribuir para o desenvolvimento do país de destino e de origem.

## PROCESSOS LEGAIS

- Facilitar e acelerar a legalização de requerentes de asilo ou migrantes em situação irregular;
- Informar e clarificar, junto dos imigrantes e refugiados, sobre os processos legais e burocráticos necessários à regularização da sua situação em Portugal;
- Criação de um quadro legal na ordem jurídica portuguesa para migrantes e refugiados climáticos.

## SOCIEDADE CIVIL

- Promover mais debates, principalmente entre as camadas mais jovens da população, sobre a temática das migrações, do asilo e dos refugiados;
- Envolver toda a população nos processos de acolhimento e integração de migrantes e refugiados em Portugal.

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto TAS – Thesis, Antithesis, Synthesis – Migration Labs, implementado em Portugal pelo IMVF, com o apoio financeiro da União Europeia.

Learn more about the project: [tasmigrationlab.eu](http://tasmigrationlab.eu)



*Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê "o" deve ler-se também "a ou x" sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.*

*O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não pode, em caso algum, ser considerado como expressão das posições da União Europeia.*